

## UMA CRONOLOGIA DO POEMA CAMONIANO (\*)

*Segismundo Spina*

Em 1909 Epifânio já antecipava certa alergia por indagações dessa natureza. Dizia ele, na sua sempre excelente edição crítica do poema camoniano: “Querer determinar o momento em que na mente de Camões surgiu a idéia de consagrar o seu gênio à erecção do monumento que havia de eternizar a glória de Portugal, é deixar-se levar de fantasias que ficam bem em um romance, mas destoam da gravidade da história” (Porto, Magalhães e Moniz, 1910, t. I, p. XV) Epifânio, no entanto, acaba por dizer que uma ou duas aproximações de ordem histórica poderão ser aceitas com relação à cronologia do Poema. Uma delas, que vale a pena lembrar, diz o seguinte: “A dedicatória a D. Sebastião (I, 6-18) foi composta durante a menoridade deste príncipe, menoridade que durou até 20 de janeiro de 1568, havendo D. João III falecido em junho de 1557 ” E a seguir: “A narração da viagem de Vasco da Gama, no seu conjunto, foi escrita depois da publicação da *História* de Castanheda, cujo primeiro livro é de 1551, e da primeira década da *Ásia* de João de Barros, que é de 1552.” (*Ibid.*, p. XV e XV-XVI respectivamente) Até aí morreu Neves, pois se a *História* de Castanheda e a década primeira do livro IV da *Ásia* de João de Barros não tivessem saído, o Poeta não teria condições para escrever ou descrever a narrativa da viagem. A menos que pudesse contar com os recursos de sua imaginação e com a experiência de sua viagem à Índia; mas teria sacrificado o seu tão decantado propósito de respeitar a verdade histórica. Teria, naturalmente, composto um poema diferente. Vamos deixar o nosso opositor e vamos ver se conseguimos acompanhar historicamente o Poeta na redação do seu poema. Vamos, então, para o primeiro gráfico, um gráfico de análise do poema camoniano, para tê-lo bem presente no espírito a fim de podermos fazer aque'a vertebração de um gráfico no outro e tirarmos a conclusão que nos dará a cronologia das

---

(\*). — Aula proferida no auditório da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Pernambuco, num seminário de verão a propósito do 400.º aniversário da publicação d'OS LUSIADAS, promovido pelo Centro Jordão Emerenciano de Estudos Portugueses e pelo Gabinete Português de Leitura do Recife, entre 2/6 de outubro de 1972.

partes do Poema. Teria o Poeta elaborado OS LUSIADAS a começar do 1º canto e a terminar no décimo? Tudo indica que não. Um poema de longo fôlego como é o poema épico é feito por etapas, com toda sorte de vicissitudes na sua redação: o poeta pode iniciá-lo pelo meio ou pelo fim, suspender a elaboração para compor o episódio de um canto que virá mais tarde, cortar o que foi feito, interpolar, avançar, recuar, acrescentar aqui, eliminar ali, e ao fim de sua composição arrumar as partes como lhe parecer melhor. Muitas dessas operações estão indiscutivelmente ligadas a momentos de sua vida. São essas vicissitudes que tentaremos reabilitar aqui através do exame do Poema, jogando com certas evidências, certos testemunhos altamente ponderáveis. Eu não afirmo nada; aliás, lembrando Ramón Menéndez Pidal, costumamos dizer que nas ciências do espírito nada se pode afirmar indiscutivelmente. Então vamos para o esquema do poema camoniano, fecundando assim o nosso primeiro gráfico. No primeiro canto, após a *Proposição*, a *Invocação* e a *Dedicatória*, o Poeta inicia na estrofe 19 a fábula do seu poema, para interrompê-la logo depois na estrofe seguinte e introduzir o concílio dos deuses. (Quando digo fábula” refiro-me ao enredo, à narrativa, ao *mito* — como dizia Aristóteles na sua *Poética*) A introdução desse concílio é um recurso para expor a causação dos fatos a serem realizados. A causação, numa obra clássica, especialmente num poema épico, é um princípio determinado pelas leis da verossimilhança. Terminado o concílio, cujo fim consistiu na proclamação do *fatum*, isto é, no destino dos portugueses no Oriente (“sobre as cousas futuras do Oriente” — como diz o Poeta), encontramos a frota atravessando o canal de Moçambique, na altura de Madagascar, em pleno Oceano Índico. Daqui dirigem-se para Quíloa, depois para Mombaça; e aqui em Mombaça termina o primeiro canto. O segundo canto compreende a parte da viagem que vai de Mombaça a Melinde, ponto final dessa trajetória. A recepção amistosa pelos melindanos explica-se pela intervenção de Vênus junto a Júpiter, na qual reclama que a determinação dele (a de que os lusos fossem agasalhados na costa africana como amigos) não vinha sendo cumprida. Neste final do segundo canto interrompe-se a chamada “fábula real”, isto é, o momento da narrativa em que as personagens vivem a ação do poema no presente. Aportados em Melinde, o rei local, que recebe festivamente os navegantes portugueses, manifesta certo interesse por saber a origem dessa gente e os sucessos da viagem até ali. Esta curiosidade do rei de Melinde dá motivo a que o Gama inicie a história medieval portuguesa. Antes porém o Gama faz uma descrição geográfica da Europa a fim de situar Portugal; a seguir vem a história portuguesa medieval<sup>1</sup>, que no canto III termina na altura do reinado de D. Fernando. Ainda estamos na costa oriental da África. Vejam que, interrom-

pida a fábula real, inicia-se agora a “fábula episódica”, a fábula histórica em que os heróis vivem a ação do poema no passado. A história dos reinados envereda pelo canto IV, terminando com D. Manuel e o seu sonho. Como remate deste canto faz o Poeta aquilo que se tornou um hábito no seu poema: um epifonema, isto é, reflexões morais, aqui sobre os perigos da navegação — através das palavras do Velho do Restelo, belo e original episódio que todos conhecem. (O *epifonema* é um ingrediente épico usado parcimoniosamente pelos clássicos, mas utilizado com muita frequência pelos épicos do Renascimento. Camões imitou Ariosto nesse uso e abuso dos epifonemas. Veja-se que, com exceção do canto II, todos os demais terminam com dissertações morais. Como sabem, o epifonema nos finais dos cantos prejudica até certo ponto a estrutura narrativa) No canto seguinte o Poeta já inicia a narrativa da viagem do Gama, cuja trajetória corresponde à parte inicial da navegação, isto é, à largada do ancoradouro de Belém em Lisboa, até o ponto em que os navegantes se encontram presentemente (em Melinde) É toda a navegação na costa atlântica até ao Cabo Tormentório, e novamente na costa oriental da África até Melinde. E aqui termina a fala de Vasco da Gama à população melindana; aqui termina também a *fábula episódica*. Voltam agora os navegantes à fábula real, no canto VI, cuja viagem é a trajetória de Melinde a Calecut. Deixam a costa africana para iniciarem a navegação na costa asiática. Mas observem uma coisa: esta parte da viagem é totalmente imaginativa; não entra um elemento de ordem histórica no canto VI. Do ponto de vista estético, da literatura como ficção, são estes os dois cantos mais belos do Poema: o VI e o IX, porque frutos exclusivos da imaginação criadora do Poeta. O que é que temos no canto VI? — Baco no concílio dos deuses marinhos, concílio que ele mesmo provocou, exortando a Netuno providências contra os navegantes portugueses. Como os seus rogos não surtiram efeito no concílio presidido pelo deus supremo da Terra (Zeus), procurou o deus do mar (Netuno) Desceu até o fundo do Oceano, dirigiu-se ao palácio de Netuno, para pedir-lhe que interviesse a fim de evitar ou impedir a continuação daquela viagem. Netuno o que fez? — Convoca as suas divindades para estudar a proposta de Baco, e, enquanto se realiza o concílio, Veloso, naturalmente para manter despertos os navegantes, lhes conta uma história que é, no Poema, o episódio dos Doze de Inglaterra, um episódio de cavalaria. Logo após sobrevém, inesperadamente, uma tempestade. Uma tempestade que historicamente não está certa, pois o Poeta transferiu para aqui uma tempestade que sucedeu quando do regresso de Vasco da Gama. Camões, para aumentar o trágico do poema, preferiu colocar a tempestade no momento da chegada a Calecut. Bem, para amainar a borrasca, a deusa protetora dos

portugueses, Vênus, a estrela da manhã, convoca as suas ninfas. Desaparecido o perigo, os nautas avistam terra. Mas sabiam que era Calcut? — Não. O próprio piloto que os conduzia de Me'inde para a Índia, não tinha certeza disso, dizendo: "Terra é de Calcut, se não me engano" Isto vem reforçar a minha tese de que todo o canto VI é fruto da imaginação criadora do Poeta. Um canto realmente belo. Depois do canto IX, talvez seja o canto mais belo do Poema. Prosseguindo: o canto VII é a chegada à Índia. Chegados, são recebidos pelo Catual. Um mouro de Túnis, que devia ter conhecido a Espanha e que visita a frota de Vasco da Gama, serve-lhes de intérprete. Chama-se Monçaide. Gama, no desejo de transmitir ao Samorim, rei do Indostão, a embaixada que trazia de D. Manuel, visita o no seu pa'ácio. Enquanto isso, o Catual se informa com Monçaide a respeito dos recém-chegados, e, estando na nau de Paulo da Gama, demonstra curiosidade por conhecer o significado das pinturas nos toldos das embarcações. A explicação que lhe dá Paulo da Gama, recontando novos quadros e sucessos da história medieval portuguesa, não é verídica: não consta das crônicas de que se serviu o Poeta; é ficção do Épico. Tal relato envereda pelo canto VIII, até à história de Nunálvares (estr. 9-43) A este relato se seguem os difíceis sucessos das negociações. O Samorim havia reunido os seus arúspices para saber dos propósitos dessa viagem; e os arúspices prognosticaram que se tratava de piratas cujo fim era subjugar a Índia e destruir a sua gente. Por outro lado Baco, na sua última tentativa de perfídia, aparece a um sacerdote maometano para predispor-lo contra os portugueses. De sorte que, na segunda visita do Gama ao Samorim, momento culminante da ação épica do Poema, Gama faz valer toda a sua coragem para contestar as acusações do rei local. De regresso à frota, é preso pelo Catual (que estava subornado pelos mouros), e conduzido a Pandarane, onde fica retido durante dois dias por se recusar a aproximar a frota a fim de embarcar. Gama consegue safar-se da situação, comprando o seu resgate com uns rolos de fazenda. Este episódio da libertação, para um leitor acostumado à leitura dos poemas antigos, diminui epicamente o Poema, pois no último momento de afirmação do seu *herói*, é a propina o remédio utilizado para resolver o impasse. É claro que eticamente tal sucesso se explica pelas condições em que se encontrava Gama, envolvido numa atmosfera de perfídia e de suborno (Ver VIII, 52-53) Bem, depois do resgate há os sucessos finais do embarque, a prisão dos que estavam vendendo mercadorias nas embarcações, sucessos esses que entram pelo canto IX, até à estrofe 17, quando iniciam a viagem de regresso, um regresso que o Poeta não conta. Não conta porque a ele se segue o bellissimo episódio da Ilha Ena-

morada, episódio que entra pelo canto seguinte até à estrofe 10. A partir daqui a Ninfa da Ínsula Divina faz uma descrição dos futuros feitos lusos, com a relação dos vice-reis da Índia, relato que chega até à estrofe 73. A seguir vem a conhecida descrição da máquina do mundo feita por Tétis a Vasco da Gama (estr. 74-90), uma descrição segundo a concepção ptolomaica do mundo, que em Portugal foi vigente até o séc. XVIII. O Poeta naturalmente preferiu a concepção mais poética, muito mais afeita à ficção que propriamente a concepção copernicana do mundo, já revelada ao tempo de Camões. Em seguida Tétis faz a descrição da costa asiática, procurando situar, em forma profética, os lugares onde os portugueses haverão de praticar grandes feitos (estr. 91-141). Após isso, o Poeta precipita o retorno (estr. 142-144), terminando o Poema com uma exortação ao rei D. Sebastião.

Termina, então, aqui, o nosso primeiro gráfico. Só depois deste excursão sobre a matéria do Poema é que estaríamos em condições de partir para os esquemas que serão objeto das lições seguintes.

(Consultar o primeiro gráfico, intitulado O POEMA)

Vamos prosseguir. Antes, porém, observem no gráfico anterior os dois primeiros cantos, que correspondem à fábu'a real, em que os navegantes lusos navegam do canal de Moçamb. que a Melinde. Estes dois cantos só puderam ser escritos depois do aparecimento das histórias do descobrimento do caminho marítimo para as Índias, isto é, da *História do descobrimento e conquista da Índia* de Fernão Lopes de Castanheda, e das *Décadas* de João de Barros. Não nos esqueçamos de que o 1.<sup>o</sup> volume da obra de Castanheda apareceu em 1551, o 2.<sup>o</sup> e o 3.<sup>o</sup> vols. em 1552; na mesma altura sai a *Década* em que João de Barros também relata a viagem do Gama. Esta será, portanto, a primeira evidência histórica. Como esta, muitas outras evidências há que testemunham a época ou pelo menos o ano em que o Poeta compunha esta ou aquela passagem do Poema; são elas as poucas datas biográficas do Poeta — sete ou oito —, de autenticidade indiscutível; são evidências também as fontes, históricas e literárias, consultadas por Camões — como as crônicas, os roteiros de viagem, as novelas de cavalaria etc.; as alusões que o Poeta faz na sua poesia a certos acontecimentos ligados ou não à sua vida; as confissões pessoais a respeito de sua idade; inclusive as alusões que fazem ao Poeta os seus contemporâneos e amigos — como Diogo do Couto e Manuel Correa. Esses testemunhos nos ajudam a situar no tempo a redação de certas partes do poema camoniano.

Para a descrição da viagem, então, Camões serviu-se dos roteiros que encontrou em João de Barros e Castanheda; deve ter conhecido também um roteiro escrito por Álvaro Velho, que fez um diário da viagem, infelizmente incompleto, tripulante que era da nau de Nicolau Coelho. Para o desenvolvimento dessa viagem no Poema, bem como para a composição dos vice-reinados no Ultramar, Camões serviu-se não só de Barros, Castanheda e Álvaro Velho, mas também das sugestões advindas da contemplação das célebres *Colgadas dos Triunfos da Índia*, mandadas fazer pelo rei D. Manuel, uma espécie de história pintada das grandezas do seu reinado. Para a exposição da história medieval portuguesa, o Poeta utilizou-se das crônicas de Fernão Lopes, de Duarte Galvão, de Rui de Pina; para a descrição geográfica da Europa feita pe'o Gama ao rei de Melinde, a fonte foi a obra do historiador veneziano Sílvio Sabélico. Aqui no canto V pus entre-parênteses o episódio do Adamastor, porque precisamos de um testemunho para essa passagem tão importante do Poema. Qual teria sido a evidência? Os relatos da viagem do Gama não fazem menção a qualquer tormenta na passagem do Cabo. Pelo contrário, dizem que a frota ultrapassou o Tomentório em condições altamente favoráveis, por volta do meio-dia e meia. A transposição do Cabo foi até festivamente celebrada pela tripulação. O Adamastor, como aparece no Poema, está em desacordo com a informação histórica. Este episódio é expressão da experiência pessoal do Poeta, quando, no seu *exílio* para a Índia em 1553, a frota em que ia foi vítima de uma tempestade no Cabo. O Poeta salvou-se, mas desenhou no seu espírito o quadro horrível que meses depois havia de transpor para a poesia. Para os episódios ligados aos entendimentos, às negociações do Gama com o Samorim, e para os sucessos desagradáveis surgidos com o seu retorno, a sua prisão e o embarque de regresso, Camões voltou a servir-se dos cronistas do Renascimento já mencionados: Castanheda e João de Barros, que descrevem minuciosamente, principalmente o primeiro, essa fase final da narrativa. Tais acontecimentos fecundam o canto VII e todo o final do canto VIII, pois nas primeiras 43 estrofes deste último canto o Poeta vo'ta à história medieval portuguesa. No canto IX temos o belo episódio da Ilha Enamorada, para o que o Poeta não dispôs de fontes literárias; este episódio corresponde ao tópico clássico da poesia eglógica — o do *locus amenus* — quase eu diria que um tópico tão desenvolvido que redundou num pequeno poema. Esta parte final do nosso gráfico é que é realmente problemática do ponto de vista genético. Quais teriam sido as fontes do Poeta? Vejam como o canto X parece um tríptico, um quadro em três painéis: no primeiro painel, de estrofes 10 a 73, a exposição dos vice-reinados na Índia; de 74 a 90 vem a descrição da máquina do mundo; de 91 a 141, a des-

crição da costa asiática com a profecia dos futuros feitos. Relativamente à máquina do mundo não temos dúvida quanto à sua fonte: Camões serviu-se com fidelidade da obra do matemático Pedro Nunes, intitulada *Tratado da Esfera*. Para a história dos vice-reinados Camões utilizou-se de Castanheda; mas o ponto controverso da questão, — aliás, nem é controverso: é difícil de ser resolvido —, consiste em saber onde o Poeta se informou para o conhecimento dos quatro últimos vice-reinados: o de Garcia de Noronha, o de Estêvão da Gama, o de que Vocês conhecem muito bem porque está ligado à história de nossa colonização — Martim Afonso de Sousa —, e o do último, D. João de Castro. Até o vice-reinado de Nuno da Cunha a história vinha circunstanciadamente narrada por Castanheda, que em 1561 publicara o livro VIII da sua *História*. O Cronista tratou dos últimos quatro vice-reis nos livros IX e X, inéditos na época do Poeta e inéditos até hoje. Como é que Camões na Índia poderia ter tido conhecimento dos dois últimos livros ou manuscritos de Castanheda?

Bem, depois destas observações preliminares, muito sumárias com relação às fontes, partamos para o nosso 2.º gráfico, onde vamos assinalar rapidamente a biografia do Poeta. Coloquemos aqui a data do seu nascimento, que pode ser 1524 ou 1525, como pode ser 1522. A data de 1525 é puramente convencional, não tem fundamento histórico seguro — como não tem o ano de 1465 para o nascimento de Gil Vicente, ou a de 25 de dezembro para o de Cristo. São datas dedutíveis, puramente convencionais, literárias ou eclesiásticas. Braancamp Freire, o grande biógrafo de Gil Vicente, afirma ter nascido o dramaturgo em 1460; outro gilvicentista, Brito Rabelo, diz que o poeta do *Auto da Alma* nasceu em 1470. Queirós Veloso resolveu o impasse: tirou a média aritmética das duas datas, e o ano de 1465 acabou se consagrando. Se tivéssemos que basear-nos nas confissões pessoais do Poeta a respeito de sua idade, diríamos que Camões nasceu em 1522. Depois vamos fazer umas continhas a respeito. Essas datas são às vezes perigosas: não raro é evidente o desejo dos historiadores ou biógrafos de escolher esta ou aquela data porque coincide com grandes acontecimentos. Por exemplo: a data de 1524 é importante porque nesse ano morreu Vasco da Gama; nesse ano nasceu Ronsard, o grande poeta francês que tentou escrever a epopéia de sua terra. Mas a propósito da possibilidade dessas datas em litígio voltaremos a falar mais tarde.

Entre 1542 e 1545 encontramos o Poeta na corte em Lisboa. É verdade? — Não sei. Trata-se de uma calafetação na biografia do Poeta, feita pelo segundo biógrafo Manuel Severim de Faria, que deduziu uma permanência na corte durante esse período, bem como deduziu, da sua poesia lírica, um serviço militar em Ceuta,

de onde regressou em 1548 com um dos olhos furado. É tudo o que sabemos até o dia 16 de junho de 1552, data da prisão do Poeta em Lisboa por causa de arruaças no dia de *Corpus Christi*; fica o Poeta preso até 3 de março de 1553, após o que segue para a Índia. Por vontade própria? Por degredo? Por substituição a alguém? No encalço do pai, que havia ido anos antes? Ninguém sabe e nem interessa para o nosso caso. O certo é que ele viaja para a Índia, aonde chega em setembro de 1553. Já em novembro desse ano é solicitado a participar de um cruzeiro contra o rei da Pimenta, em socorro dos reis de Cochim e de Porcá. (Rei da pimenta não significa que fosse um grande exportador de pimenta.

*Pimenta* é o nome de uma ilha na costa do Malabar, na costa da Índia) O Poeta faz referência a esse cruzeiro na sua elegia “O poeta Simônides falando” Em 1555 novamente encontramos Camões fora de Goa, agora mais longe, na entrada do Mar Vermelho, a lutar contra os turcos. A isso se refere na sua canção “Junto dum seco, duro, estéril monte”, novo cruzeiro de que participou entre os meses de fevereiro a novembro. Em novembro está de volta para Goa. Terminou o seu serviço, e como soldado está licenciado. Quais as perspectivas que se põem ao Poeta? Tentar o funcionalismo público nalguma provedoria, ou “fazer negócios da China” contrabandeando mercadoria. O pai, também, na pretensão de fazer a sua fortunazinha, acabou naufragando perto de Goa. Digamos que o Poeta fora nomeado funcionário de alguma provedoria, e no exercício do cargo tentasse realizar a segunda opção. Ninguém sabe nada ao certo. Tudo isso é suposição ou dedução dos seus biógrafos. O certo é que Camões se encontra fora de Goa, certamente na China, num período que decorre entre 1557 e 1561. Ao retornar, em 1559 ou na primavera de 1560, o Poeta sofre o naufrágio na foz do Rio Mécom, fato a que alude duas vezes n’OS LUSIADAS (VII, 80, X, 128) Em Goa é possível que tivesse frequentado o palácio do vice-rei, o conde de Redondo; é possível também que o Conde possuísse algumas colgaduras no paço alusivas à história dos vice-reis, e entre elas as que figurassem os reinados daqueles quatro vice-reis cuja história o Poeta não pôde ler nos livros. Fora destas hipóteses, a data mais ou menos segura é a de 1569, ano em que Camões se encontra em Moçambique, numa tentativa de retorno à pátria e a’i estanciando por impossibilidade financeira de custear a sua viagem de regresso. Fora para ali trazido por um amigo seu, Pedro Barreto Rolim, que havia sido designado para capitanear em Mocâmbique. Os anos que vão de 1561 a 1569 não puderam infelizmente ser fecundados pelos seus biógrafos. Estanciando forçado em Moçambique, aproveitou naturalmente o tempo de espera para retocar o Poema e ordenar a sua produção lírica, o seu *Parnaso*. Até que conseguisse nova “caro-



na" para o retorno à cara pátria, depois de 16 anos de vida amarga no Oriente. É Diogo do Couto quem nos dá o testemunho da estada do Poeta em Moçambique. Diz o historiador que encontrara aí o Poeta a retocar o seu poema e a preparar o seu cancionero, acrescentando que Camões havia terminado o Poema no inverno passado, por outras palavras, em meados desse ano de 1569. Diogo do Couto alude ao fato na *Década VIII*.

Bem, precipitando os acontecimentos, em abril de 1570 Camões está de volta em Lisboa; em setembro de 1571 consegue o alvará de publicação do Poema, que sai à luz em março de 1572, talvez no dia 3 — consoante o que faz supor a tença régia concedida ao Poeta. Depois de publicado o Poema, pouco ou quase nada se sabe do Poeta senão que morreu no ano em que a sua pátria perdia a independência política: 1580. E aqui terminamos o 2.º gráfico.

(Consultar o 2º Gráfico, intitulado VIDA)

Antes porém de partimos para o último gráfico, em que tentaremos assina'ar a seqüência dos cantos e das partes do Poema, relembremos o nosso primeiro Gráfico. Da análise feita d'OS LUSIADAS, vimos que praticamente podemos dividi-los em dois poemas: um *poema da terra* (com a história portuguesa até o reinado de D. Manuel) e um *poema do oceano* (com a narrativa da viagem de Vasco da Gama às Índias) A grande diferença entre o poema camoniano e as epopéias clássicas — todos nós sabemos — está em que os poemas antigos se circunscreviam geograficamente a um mundo limitado, a um mundo fechado, que era o mundo mediterrâneo; eram eles os poemas do mar OS LUSIADAS não são o poema do Mar; são o poema do Oceano, do espaço ilimitado, do mundo por descobrir e das suas novas rotas. Para elaborar o poema da terra o Poeta serviu-se — já vimos — daquelas fontes, das crônicas medievais, fontes que conhecia desde seus tempos de estudante. Aproveitando-se naturalmente desse conhecimento que tinha e estando ainda em Portuga', talvez em Lisboa, o Poeta teria começado a história da terra, ainda antes de partir para a Índia. Se não, vejamos. O poema da terra se inicia no Canto III, quando Vasco da Gama começa a história medieval portuguesa, contada ao rei de Melinde; esse relato será complementado mais tarde, no canto VIII (estr. 1-43) Isto constitui propriamente o poema da terra, a história de Portugal. Infelizmente a poesia baixa na sua tonalidade, no seu valor, porque o Poeta está realmente escravo da realidade histórica, apegado à informação cronística; os vãos poéticos declinam, às vezes roçando pela crônica rimada; há momentos em que o artista se retira e fica apenas o g'osador das crônicas. Portanto, anos antes de partir, ou mesmo entre 1552 e 1553, mas

antes de junho, antes de sua prisão, (até poderíamos supor que na prisão mesmo iniciasse a redação do poema com a releitura das crônicas medievais), o Poeta deve ter composto os cantos que constituem o poema da terra. Só depois de sair a *História* de Castanheda, e logo depois as *Décadas* de João de Barros, é que Camões poderia ter começado a fábula real, isto é, a navegação de Vasco da Gama, que se inicia no Índico — como vimos. Estes dois primeiros cantos, portanto, (com exceção das estrofes prologais sobre o assunto do Poema, a invocação e a dedicatória), devem ter sido iniciados entre fins de 1553 e durante os anos de 1554 e 1555, após chegar à Índia. Lembrem-se de que em 1555, entre fevereiro e novembro, Camões participara de um cruzeiro contra os turcos na entrada do Mar Vermelho; nesta época o Poeta escreve a canção “Junto dum seco. ”, em que fala: “As estrelas e o fado sempre fero, / Com meu perpétuo dano se recream, / Mostrando-se potentes e indignados / Contra um *corpo terreno*, / *Bicho da terra vil e tão pequeno*.” A mesma passagem repete quase literalmente no final do canto I, quando o Poeta faz aquele epifonema sobre os horrores da vida no mar: “Onde terá segura a curta vida, / Que não se arme e se indigne o Céu sereno / *Contra um bicho da terra tão pequeno?*” Camões deve ter composto as duas passagens, a do poema lírico e a do canto I, na mesma época, pouco depois desse cruzeiro. Em 1556 o Poeta está de regresso em Goa. A partir de então elabora os cantos V e VI, numa altura em que tem presente no seu espírito o tenebroso quadro da transposição do Cabo Tormentório sucedido com ele. A redação desses dois cantos deve ter chegado até fins de 1558; vejam bem, no canto VII, quando o Poeta está de regresso da Índia, naufraga na foz do Rio Mécom, naufrágio a que se refere na estrofe 80 desse canto. Isto sucede em 1559, ou, segundo deduções de Stork, na primavera de 1560. Os cantos VII e VIII formam uma unidade do ponto de vista temático e genético: uma unidade que vai desde a chegada a Calecut até a prisão do Gama e seu embarque. Portanto, a redação do canto VIII deve ter-se seguido à do canto VII sem interrupção. Apenas não pertencem à narrativa as 43 estrofes iniciais desse canto, uma interpolação evidente do Poeta. Essas estrofes pertencem ao poema da terra.

Depois do canto VIII nós encontramos aquele vazio tanto na vida do Poeta como na elaboração do Poema; em 1569 Camões se acha em Moçambique aguardando uma oportunidade de volta à pátria; nesse compasso de espera aproveita para ultimar o Poema, escrevendo o tríptico do canto X: a história dos vice-reinados, a descrição da máquina do mundo e a previsão dos futuros feitos portugueses no Oriente. Se Camões compôs de fato estas três partes na África, devemos supor que o Poeta trazia consigo algumas obras,

uma pequena biblioteca de fundo, pois a descrição da máquina pressupõe a leitura presente da obra de Pedro Nunes, o *Tratado da Esfera*, tal é a fidelidade com que Camões a transporta para o plano poético. Esse tríptico, como vimos, vai da estrofe 10 à estrofe 141. A descrição da costa asiática, que compreende as estrofes 91 a 141 é bem possível que o Poeta a fizesse durante o trajeto em que regressa de Goa a Moçambique, como um traslado de toda a sua experiência geográfica no Oriente. É certo que o Poeta descreve a costa em sentido contrário à sua viagem para Moçambique, isto é, partindo da África oriental para a costa oriental da China; aliás a deusa Tétis, que do alto de um monte descortina aos olhos do Gama o mapa em que os portugueses haverão de realizar seus grandes feitos, desenvolve a sua descrição como se estivesse diante de um mapa-mundi, pois, ao chegar até os confins da China que dá para o Japão, a Deusa inicia um novo percurso em sentido contrário, apontando as ilhas do arquipélago das Molucas, retornando à ilha de Ceilão (estr. 136) para terminar de novo na ilha de São Lourenço (Madagáscar), na costa oriental da África — onde o Poeta se encontra (estr. 137). Ou Camões tinha diante de si o mapa destas regiões, ou as partes deste mapa costeiro foram compostas em ocasiões diferentes, à medida que o Poeta ia repartindo os anos de sua vida neste exílio de quase duas décadas. Neste trajeto mesmo para Moçambique, Camões deve ter imaginado também o poema da Ilha Enamorada, que ocupa o canto IX. Tudo isto em 1568-1569. Quando o Poeta chega a Lisboa em 1570, ficavam por compor as partes prologais do canto I e as estrofes finais do canto X. Camões imaginava continuar a redação do Poema. Tanto isso é verdade, que, ao entregar os originais na Chancelaria real para o alvará de publicação, o Poeta teria advertido que possivelmente acrescentaria novos cantos ou novas estrofes ao seu poema. Leiamos o alvará de el-rei: “ e se o dito Luís de Camões tiver acrescentado mais alguns cantos, também se imprimirão havendo para isso licença do Santo Ofício, como acima hei dito.” Entre os anos de 1570 e 1571 Camões remata a composição d’OS LUSIADAS: compõe as 18 estrofes iniciais do canto I e as estrofes finais do canto X (de estr. 142 a 156). Observem bem como a passagem da estrofe 141 para a 142 deste canto não é fluente, mas brusca. O desejo de continuar o Poema deve ter-se arrefecido por uma série de razões. O poeta não dispunha de condições para alongar o seu poema: quando chegou, encontrara a mãe vivendo uma vida miserável no bairro pobre da mouraria; muitos dos seus companheiros de mocidade haviam sucumbido à terrível peste de 1569; o seu *Parnaso* havia sido roubado; a pátria, metida numa apagada e vil tristeza, preparando-se para a desgraça de 1578 com as pretensões quixotescas do rei D. Sebastião; ninguém, enfim, em condi-

ções de entender a significação do seu poema. Nesse transe restava-lhe apenas a contingência amarga de dar um final à sua obra. E foi o que fez.

Agora vamos fazer alguns cálculos de que falámos na primeira aula. Lembrem-se de que o Poeta se encontrava em Moçambique em 1569. Que nesse ano redigia o canto X. Pois bem: na estr. 9, antes de iniciar a história dos vice-reinados, diz ele: “Vão os anos descendo, e já do estio / Há pouco que passar até o Outono” Camões refere-se à sua idade nesta passagem. Se levarmos em conta o que diz o rei D Duarte no seu *Leal Conselheiro*, os anos vão descendo quando o homem atinge a idade de 42 anos. Comentando esta passagem, Manuel Correa dizia ter o Poeta mais de 40 anos. Os antigos já faziam corresponder as etapas mais importantes da vida humana às estações do ano: a “primavera” vai dos 20 aos 30 anos; o “verão”, dos 30 aos 40; o “outono”, dos 40 aos 50; o “inverno” a partir dos 50. Se do estio para o outono “falta pouco”, teremos que supor 46 ou 47 anos de idade. Se Camões escrevia isso em 1569, vê-se logo que devera ter nascido em 1522 ou 1523. Acontece, porém, — dizem os biógrafos do Poeta —, que na carta de perdão, que é datada de 1553, Camões é tido como “mancebo e pobre”. Se ele nascera em 1522/23, devia então estar com 30 ou 31 anos, portanto não mais *mancebo*. Ora, se Camões houvesse nascido em 1525, o mancebo teria 28 anos na época da carta. Mancebo aos 28 ou mancebo aos 30/31, o certo é que o Poeta era mancebo. O conceito que hoje temos de “mancebo” certamente não era o mesmo que tinham os homens no tempo de Camões. Viterbo, no seu *Elucidário*, define “mancebo” como aquele que está na idade juvenil e não chega aos quarenta anos. Logo: o Poeta podia ser “mancebo” aos 31. A passagem camoniana (X, 9) também não significa que o Poeta conhecesse ou tivesse lido o *Leal Conselheiro* (pois esta obra, de que só se conhece o Ms. existente na Biblioteca Nacional de Paris, só foi publicada em 1843). Teria lido o Poeta o manuscrito? É bem provável, pois Manuel Correa, seu contemporâneo e amigo, o conhecia. Por outro lado não temos condições de saber até onde a confissão de idade feita pelo Poeta é mais legítima que os documentos encontrados na Casa da Índia por Manuel de Faria e Sousa. O grande censor d’OS LUSADAS do século XVIII, José Agostinho de Macedo, dizia que Camões desconhecia rudimentos de aritmética, pois quando se referiu à Santíssima Trindade (canto V, 68) disse que na pessoa de Cristo outras três havia. Então seriam quatro.

Vejamos, agora, algumas considerações acerca da *Dedicatória*, que compreende as estrofes 6 a 17 do canto I. Todos são unânimes em dizer que tais estrofes foram escritas na menoridade de D. Sebastião. Aubrey Bell é de opinião que as primeiras 18 estrofes

do Poema foram escritas *provavelmente* em 1570, quando do regresso de Camões a Lisboa, isto é, depois da menoridade de D. Sebastião. Aliás António Sérgio também diz, na sua edição d'OS LUSIADAS (Lisboa, Sá da Costa, 1940, p. 37), que a *Dedicatória* é ao rei de Portugal, naquele tempo D. Sebastião (1) Vimos que Epifânio afirmava no prefácio de sua edição do Poema ter o Poeta escrito essas estrofes durante a menoridade do príncipe, menoridade que durou até 20 de janeiro de 1568. Não pensamos assim. Se não, vejamos:

- a) Por duas vezes o Poeta se refere, não ao Príncipe, mas ao Rei, dizendo: “Vós, poderoso Rei” (estr. 8, v.1); “sublime Rei” (15, 2) Só poderia dizer assim depois da menoridade, depois de 1568;
- b) Dizendo: “Mas enquanto este tempo passa lento/De re-gerdes os povos que o desejam”, o Poeta desagradaria à Regência, se D. Sebastião estivesse na menoridade. Se *os povos o desejam* como rei, é porque estão descontentes com o Cardeal regente;
- c) Ao dizer “Tomai as rédeas vós do vosso Reino”, tanto podemos entender que o Poeta lhe manda *segurar* (= tomar) as rédeas do governo, como preparar-se para assumir o governo.

Nós, entretanto, estamos com Aubrey Bell; e outros argumentos ainda há que abonam a hipótese de o Poeta ter composto essa Dedicatória depois de 1568: na estrofe 14 diz ele: “Nem deixarão meus versos esquecidos / Aqueles que, nos Reinos lá da Aurora” O advérbio *lá* parece-nos indicativo de que o Poeta não estava no Oriente e sim em Lisboa quando escrevia esses versos. A estrofe 12 fala ainda nos *Doze de Inglaterra e seu Magriço*, o que dá 13, e não 12 cavaleiros como por duas vezes ocorre no canto VI (estr. 42 e 62) É bem possível que essa versão dos 13 cavaleiros, ao invés de 12, chegasse ao conhecimento do Poeta depois da leitura da obra de Jorge Ferreira de Vasconcelos, *O memorial das proezas da segunda Távola Redonda*, onde aparece a versão dos 13 cavaleiros. A obra saiu em 1567; o Poeta encontrava-se em Goa, prestes a partir para Moçambique; se a obra fosse enviada ao Poeta “imediatamente”, e da sua leitura se servisse para compor a passagem, ela só chegaria às suas mãos em meados de 1568, depois da menoridade de D. Sebastião. Entre saber da publicação da obra e recebê-la imediatamente, mais de 8 meses seriam necessários. Mas o serviço postal da época não nos autoriza a pensar nessa presteza;

---

(1) — No entanto, comentando a passagem “tenro e novo ramo”, refere que Camões escreveu estes versos quando D. Sebastião era ainda criança (p. 54)

nem o Poeta dispunha de recursos para custear o reembolso da remessa.

Que o Poeta compõe a Dedicatória e as estrofes finais do canto X (144 a 146) em Lisboa, não há dúvida: ainda recentemente, num artigo publicado na revista *Colóquio*, Letras (n.º 8), António José Saraiva chamou a atenção para o fato de o poema camoniano ter um caráter de mensagem: num diálogo com o rei D. Sebastião, o Poeta refere-se (na Dedicatória) aos *Argonautas* portugueses, que serão *vistos* pelo Rei no mar irado — como se ambos, Poeta e interlocutor, estivessem diante de um mapa mundi; e quando termina o diálogo — que é toda a narrativa da viagem —, volta Camões a empregar o mesmo verbo:

“Olhai que ledos vão. ” (X, 147, 1);

“Só com saber que são de vós olhados” (148, 5) (1).

(Consultar o 3.º Gráfico, intitulado *Cronologia do Poema*).

---

(2). — Já tinham sido proferidas estas aulas, quando tomamos conhecimento do curioso ensaio do Prof. H. Houwens Post, intitulado “A cronologia da composição de várias passagens de “Os Lusíadas”. Sep. da Revista ‘Ocidente’, Lisboa, XXIII, 1972, p. 293-316, muito sugestivo na indicação de fontes e de algumas evidências, mas no conjunto discutível — tanto quanto são discutíveis trabalhos dessa natureza —, pois o Autor atribui ao ano de 1553 a quase totalidade da composição do Poema (parte do canto II, os cantos III, IV, V, VI, VII e parte do canto VIII), bem como deixa entender um lapso de 11 a 14 anos na composição d’OS LUSÍADAS, entre os anos de 1553-56 a 1567, isto é, entre a elaboração do canto VIII e a elaboração do canto IX.

O POEMA:

Fábula Real		Fábula episódica	
I CANTO	II CANTO	III CANTO	IV CANTO
Concílio (20-41) <i>Navegação na costa africana</i>	Mombaça ↓ (Vênus-Júpiter-Mercúrio)	História medieval portug., narrada pelo Gama ↓ reinado de D.Fernando	até ao sonho de D. Manuel ↓ ( <i>epifonema</i> : O Velho do Restelo)
1. Moçambique	↓ Chegada a Melinde		
2. Quítoa			
3. Mombaça cont.			

MELINDE  
(ADAMASTOR)

ATLÂNTICO/ÍNDICO

ÍNDICO

Costa oriental africana ( <i>Fontes</i> : Castanheda: 1.º vol. — 1551 2.º e 3.º vols. — 1552 João de Barros: 1.º vol. — 1552 2.º " — 1553	História medieval ( <i>Fontes</i> : Sabêlico Duarte Galvão Rui de Pina Fernão Lopes (POEMA da HISTÓRIA da TERRA) (Escrita pouco antes de partir) (1550-1552)	Costa ocidental africana - costa oriental africana ( <i>Fontes</i> : ainda J. Barros e Castanheda. — A experiência do Poeta na transposição do Cabo.
---	---	--

reinicia a Fáb. real

VI CANTO	VII CANTO	VIII CANTO	IX CANTO	X CANTO
<p><i>De Melinde a Calecut</i> (trajeto puramente imaginário):</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Baco no palácio de Nertuno</li> <li>2. Concílio marinho</li> <li>3. Os 12 de Inglaterra</li> <li>4. A tempestade</li> <li>5. Aparição de Calecut</li> </ol> <p>↓ (<i>Novo epifone- ma</i>: sobre o valor da Glória)</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Chegada a Calecut</li> <li>2. Encontro com Monçai-de</li> <li>3. Gama no palácio do Samorim</li> <li>4. Interesse do Catual na história pintada</li> </ol>	<p>Novamente a história medieval portuguesa - (→ até Nunál-vares) (1-43) <i>Sucessos difíceis das negociações</i>:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Os arúspices</li> <li>2. Influxão de Baco</li> <li>3. 2.<sup>a</sup> visita ao Samorim</li> <li>4. Prisão do Gama</li> <li>5. Libertação<sup>e</sup></li> </ol> <p>novos problemas no embarque, que vão até estr. 17 do canto IX.</p>	<p>Inicia-se o regresso ↓ Ilha Enamorada ↓</p>	<p>— Descrição dos futuros feitos lusos, com a relação dos vice-reis da Índia (10-73) — Tétis e a máquina do mundo (74-90) — <i>Profecia de Tétis</i>: (91-141): descrição da costa asiática, mencionando lugares onde se praticarão grandes feitos — RETORNO</p>
<p>COSTA ASIÁTICA</p>			<p>História medieval — Negociações — Profecias — RETORNO</p>	



VIDA:

1524-1525	(1524: ano importante: morre V da Gama, nasce Ronsard).	1542-1545	(na corte) — já é calafetação do 2.º biógrafo do Poeta — <i>Manuel Seve- rim de Faria</i> , que se utiliza de deduções da poesia lírica do Poeta — pois o 1.º biógrafo — <i>Pedro de Mariz</i> — inicia a biografia com os antecedentes de Camões e depois salta para a sua partida para a Índia.	1548	Nestes 3 anos serve como soldado, ou como “cavalheiro fidalgó” na África, onde em Ceuta perde um olho. (Dedução também de M. Seve- rim de Faria).	1552	(16 de junho) PRESO (3 de março) SOLTO VIAJA (9 meses)	1553	set. Chega à Índia	1553	Já participa de um cruzeiro na costa do Malabar, contra o rei da Pimenta (ilha dessa costa) em socorro ao rei de Porcá e Cochim	1555	O Poeta novam/ contra os Turcos, no Mar Vermelho (Es- treito de A'dem, fa- to a que se refere na sua canção “Junto dum seco, duro e estéril monte” (de fever. a novembro)
-----------	---	-----------	---	------	---	------	--	------	--------------------	------	---	------	---

1556	Novamente em GOA ↓ Já licenciado, como soldado, foi ser: 1) ou funcionário público (em alguma Provedoria) 2) ou “contrabandista” fazendo negócios da China, numa tentativa de fortuna.	1557	Neste período, portanto o Poeta encontra-se fora de GOA, na China certamente, onde retorna em 1559 ou 1560; o Poeta faz alusão no Poema ao seu naufrágio na foz do Rio Rio Mécom (VII, 80)	1561	1562	1569	1570	1571	1572	1580
			Frequênta o palácio do Conde de Redondo, em GOA, onde deve ter ficado até 1568	Em Moçambique (levado pelo amigo Pero Barreto Rolim — que fora designado para capitanear aí). Nesse mesmo ano, ajudado de amigos que regressavam da Índia para Portugal, segue de volta para Lisboa. Neste ano é visto por Diogo Couto, que o encontra ultimando e aperfeiçoando o Poema e o seu PARNASO.	(abril em Portugal)	(24 de set.) já está de posse da licença p/imprimir o Poema	(em março) sai à luz o POEMA	MORRE		

CRONOLOGIA DO POEMA:  
 C. III C. IV C. VIII  
 (1-43)

C. I C. II C. V C. VI C. VII C. VIII (44-99)



- Escritos pouco antes de partir
- Considerar as fontes medievais e o impacto, na corte de Lisboa, das Colgaduras da Índia (que o levam a imaginar o Poema).

(Mar Vermelho:  
 ver Canção  
*Junto de um monte...*  
 1554-1555

1556-1557  
 ↓  
 novamente em Goa

1558

1559-1560

— 1550-1552



PRESO  
 Junho de 1552

SOLTO  
 março de 1553

(Vice-Rei- nados)	(Máquina do	Descrição	C.
Canto X (5-73);	Mundo) (74-91);	da costa asiática (94-141)	IX

1569

Na estr. 9 é a 1.<sup>a</sup> vez que o Poeta diz da sua idade:

“Vão os anos descendo. . .”

. . . . .  
(42 anos? — Como diz Manuel Correa nos Comentários ao Poema?)

47 — Como faz supor o 2.<sup>o</sup> verso?  
— De qualquer forma o Poeta deve ter composto depois de 1562, pois em 1561 saíram os últimos livros de Castanheda (até o VIII), onde vem a história dos vice-reis; mas, e a história dos últimos 4 vice-reis (Garcia de Noronha, Estevão da Gama, Martim Afonso de Sousa e D. João de Castro) — pois os livros IX e X da *História* de Castanheda ficaram manuscritos?  
— De qualquer forma, quando Diogo do Couto encontrou em 1569 o Poeta em Moçambique, diz ele que o Poeta já estava pronto desde o inverno deste ano.

CANTO I (1-18) CANTO X (143-156)

Lisboa  
1570-1571  
↓

Neste ano, em set., consegue o alvará, onde se faz menção a novos cantos — que o Poeta não fez, e dá então o fecho do Poema.

*Causas do fecho do Poema:*

- desgotoso com ver Lisboa assolada pela peste
- em que perdeu vários amigos;
- a mãe, pobre, morando no bairro da mouraria;
- a depressão geral do povo com os desgraçados de D. Sebastião;
- a pátria-metida “no gosto da cobiça e na ruidez. . .”;
- O roubo do seu PARNASO;

—00—

Com isso deixou o Poeta de terminar o quadro do regresso, numa chegada aparatosa e triunfante, como contrapartida àquelas funestas previsões do Velho do Restelo à partida das naus. Dizendo, então, que não tinha condições de continuar o Poema, o Poeta escreve as estrofes finais, fazendo uma dissertação moral: dirige-se ao rei D. Sebastião, propondo-lhe uma série de conselhos.